

## **Bordando subalternidades: uma perspectiva feminista sobre representação.**

**Eliane Godinho<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho parte de uma investigação realizada com mulheres que vivem no extremo sul do Brasil e que pertencem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, intitulada: “O “artesanato de si” de mulheres assentadas do MST: um processo político pedagógico feminista pelo viés da educação popular”, para o mestrado em educação que realizei entre 2015 e 2017. Aprofundei o trabalho de campo anterior, articulando-o com os conceitos de “gênero”, “representação” e “subalternidade,” conscientização, engajamento político e epistemológico em espaços de fala e escuta de mulheres e por mulheres. Dentre as atividades realizadas com as mulheres assentadas, o bordado de *arpillera* se destaca, ao resultar das contestações individuais e coletivas neste processo investigativo de cunho pedagógico, popular e feminista. Venho aqui problematizar o que a imagem de uma tela bordada é capaz de revelar. Pode ela ser uma possibilidade de representação da voz subalterna? Qual o compromisso ético e epistemológico dos estudos feministas e pós-coloniais em relação à práxis pedagógica feminista? Esses questionamentos são constantes no texto, assumindo caráter político e ideológico na desconstrução da lógica patriarcal imposta pelo sistema dominante.

**Palavras-chave:** Subalternidade. Representação. Pedagogia Feminista. Mulheres Assentadas. Arpillera.

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Doutorado em Estudos Feministas oferecido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em colaboração com o Centro de Estudos Sociais.

## **Introdução: uma possível seleção de materiais para compor esta peça**

A proposta deste trabalho surge de algumas inquietações decorrentes do contato com o feminismo pós-colonial e seus contributos para pensar epistemologias feministas do Sul. A intenção é problematizar “intervenções feministas” que podem resultar em espaços de fala e de escuta de mulheres em condição de subalternidade, sem essencializar a categoria “mulheres”. A investigação inicial se deu por meio de encontros de “oficinas de criação” com mulheres assentadas do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no município de Pinheiro Machado, extremo sul do Brasil, entre setembro de 2015 e janeiro de 2017. Nelas, vários saberes foram articulados pelas próprias assentadas, diversas técnicas de artesanato foram experimentadas, o cultivo de culturas (sementeiras), dilemas e alegrias foram partilhados. As participantes criaram e recriaram peças cheias de subjetividades, divulgaram seus saberes e produtos, questionaram papéis sociais e discursos de ódio. Muitas das suas percepções foram mudando e sendo ressignificadas através das oficinas, expressando conhecimentos que elas próprias não reconheciam como conhecimento.

A categoria “pós-colonial”, segundo Cláudia Costa (2010) é polissêmica, tanto está ligada ao processo histórico de colonização, como ao reconhecimento da interação entre dominador e dominado e as suas dinâmicas, “seus efeitos mútuos”, embora estes efeitos sejam diferenciados entre si. O questionamento da “geopolítica” levanta uma série de perguntas sobre o lugar de fala e é também capaz de “condensar significados múltiplos e se referir a diferentes lugares,” ao reportar-se ao “entrelaçamento do conhecimento e do poder” (Costa, 2010: 48).

Gênero, enquanto teoria e categoria de análise, é um dos conceitos-chave que alicerçam esta discussão, assim como os conceitos de representação e de subalternidade propostos por Gayatri Spivak (2010) em “Pode o subalterno falar?”, ensaio seminal publicado pela primeira vez em 1985, além da ideia de comprometimento e responsabilidade ética e política. A invisibilidade da mulher assentada é o fio condutor da discussão: ele vai alinhavando conceitos e categorias com o objetivo de bordar<sup>2</sup> outras possibilidades de conhecimento e enfrentamentos.

---

<sup>2</sup> A metáfora do bordar também é uma possibilidade de escrita que, ao contextualizar a peça artesanal produzida por estas mulheres e a minha reflexão sobre suas trajetórias no processo de composição de suas peças, resultará em outra peça artesanal. Desafiando um outro bordado, agora a quatro mãos em um outro espaço, como novos elementos e perspectivas.

Escrever sobre mulheres, particularmente sobre mulheres pobres, como são as assentadas vítimas de várias marginalizações e subalternidades, é uma possibilidade de romper com o silenciamento da vida destas mulheres que estão confinadas aos limites das cercas de seus lotes de terra; escrever sobre a vida e a realidade com poucos vestígios materiais ou escritos é uma possibilidade de contribuir com movimento de mulheres camponesas. Dada a especificidade das pequenas propriedades rurais, também conhecidas como minifúndios no Brasil, apenas uma minoria dessas mulheres tiveram acesso à escrita; daí a ausência de informações e até mesmo de relatos precisos de suas realidades e especificidades.

Muitas vezes, as mulheres camponesas são estereotipadas ou apenas catalogadas em censos populacionais. Poucas são as fontes sobre elas; o que se sabe é que muitas mulheres foram ou são camponesas e que, historicamente, estiveram invisibilizadas e silenciadas pela hierarquia de sociedades capitalistas e patriarcais. Foi assim com boa parte de nossas antepassadas e com as antepassadas de nossas antepassadas.

No contexto deste trabalho, a categoria “mulheres” não pode ser entendida como única e universal: é necessário contextualizar as mulheres às quais nos referimos. No caso das mulheres assentadas, além da situação de extrema vulnerabilidade econômica e social, estas mulheres vivem em uma situação muito semelhante às demais camponesas pelo mundo. Michelle Perrot (Perrot, 2017: 111) escreveu uma história geral das mulheres a partir da França, ao sistematizar anos de pesquisa realizados até meados da década de 1980, publicada originalmente em 2005 na França e apenas em 2007 no Brasil. A autora salienta que as mulheres camponesas viveram uma “rígida divisão de papéis, tarefas e espaços,” se revezaram entre atividades da casa, criação e o cuidado com os animais, a horta, a educação dos filhos, o cuidado com os parentes idosos. Esta ainda é a realidade de muitas mulheres camponesas no mundo, e ainda é o retrato da realidade de muitas mulheres acampadas e também das assentadas pela Reforma Agrária no Brasil. As mulheres assentadas são aquelas que, em sua grande maioria, só tiveram realmente acesso ao “trabalho no seu campo” quando o processo de luta pela terra o permitiu<sup>3</sup>, ou seja,

---

<sup>3</sup> Segundo o MST, é no final da década de 1970 que surgem as primeiras ocupações de terras. Inicialmente, os primeiros acampamentos ocorreram no Rio Grande do Sul, tornando-se símbolo da luta e resistência à ditadura militar naquela época. Os acampamentos eram e continuam a ser construídos por barracas de lona preta, que não só retratam a luta por condições dignas de trabalho e sobrevivência, como a segregação e as injustiças sociais no Brasil. A lona além de “um rito de passagem” e também “o caminho para a conquista da terra.” Informações disponíveis em <http://www.mst.org.br>. Acessado em 03.05.2018

quando deixaram de ser itinerantes nos acampamentos itinerantes embaixo da lona preta nas ocupações e tiveram acesso à terra e ao direito de cultivar a terra onde fosse designada a propriedade, chamada de “lote”.

Para realização da investigação inicial referida, a aproximação ocorreu através de oficinas de artesanato ou “oficinas de criação,” que contaram com a participação efetiva de seis mulheres pertencentes àquele assentamento, e minha, enquanto ministrante das oficinas e investigadora. As mulheres eram pequenas agricultoras que cultivam a terra e que comercializam o excedente de suas produções na feira municipal da reforma agrária, em Pinheiro Machado. À medida que elas começaram a produzir artesanato, passaram a introduzi-lo junto aos demais produtos e a trabalhar com encomendas e personalização de suas peças para atender às demandas que foram surgindo. A partir dessa interação se deu a investigação e a reflexão sobre mulheres que vivem no extremo sul do Brasil, uma pesquisa de cunho feminista, realizada com mulheres do MST pelo viés de educação popular e da pedagogia feminista, em que os conceitos de gênero e divisão sexual do trabalho foram abordados e discutidos nas oficinas de criação, além da problematização da invisibilidade do trabalho da mulher do campo, que passou a ser visto como relevante.

Estas mulheres, mães, agricultoras e artesãs foram reconhecendo a importância do trabalho produzido no espaço doméstico, já não mais o identificando como uma tarefa majoritariamente realizada por elas por amor e dever feminino, mas como uma atividade que precisa ser realizada por todas as pessoas que co-habitam o espaço, e que esta tem também valor econômico, social e cultural. Ao passo que foram refletindo sobre suas trajetórias no e com o mundo do trabalho, também perceberam como o patriarcado se apropria de e rentabiliza o trabalho das mulheres.

Dentre as diversas técnicas de artesanato experimentadas, o Bordado de Arpillera finalizou nossas atividades e se destacou dentre os demais, inspirado no artesanato latino-americano.

A técnica destas telas tem raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras da Isla Negra, localizada no litoral central chileno. Um trabalho feito à mão, como forma de registrar a vida cotidiana das comunidades e de afirmar sua identidade, as *arpilleras* não somente representaram a expressão dessa realidade, como também se transformaram em fonte de sobrevivência em tempos adversos. Assim, cartas acompanham as telas, com o intuito de contar seus processos de luta e resistência. Nas cartas, as assentadas narram alguns percursos do vivido individual e coletivamente, a luta

pela terra, acesso e permanência no campo, assim como acontecimentos marcantes, entre eles o nascimento dos filhos. Usando esta técnica, as mulheres chilenas registraram e denunciaram suas experiências de violação de direitos humanos e refletiram sob diferentes perspectivas sobre sua subalternidade: por meio de telas de *Arpillera*,<sup>4</sup> elas contaram ao mundo suas realidades.

No caso das assentadas, as telas representam cenas do cotidiano que revelam subjetividades, particularidades e estratégias de subsistência e resistência no contexto da reforma agrária no Brasil e o seu impacto na vida dessas mulheres. As *arpilleras* compostas por elas recebem nomes de tecidos, que segundo elas, representam traços de suas personalidades, como no caso da Lonita.

À medida que as oficinas aconteciam, discutíamos assuntos previamente combinados: a opção de bordar o cenário dos lotes foi uma escolha delas. Ao passo que as experiências eram compartilhadas, a tela ganhava novos elementos que acabaram por representar seus lotes, suas famílias, dinâmicas familiares e a produção orgânica.

### **O MST alinhava a história da questão agrária e política do Brasil em tons de luta e resistência**

João Pedro Stedile, problematizador das questões agrárias e políticas relacionadas à luta de classes no Brasil, membro da direção nacional e um dos fundadores do MST, organizou em vários volumes uma coleção que aborda a história da questão agrária no Brasil. Parte da economia política e da história, perspectivas que também são instrumentos científicos de interpretação da questão agrária, segundo o autor. No segundo volume (2012), o autor reúne materiais que remetem a uma análise sociológica dos problemas agrários, desde o período colonial até a década de 1960, mais precisamente até o fim da ditadura no Brasil, em 1985. Estes dados historiográficos também revelam que foi no período do Império que a concentração fundiária, através da apropriação de terras devolutas, foi regulamentada e consolidada no Brasil. As desigualdades sociais e territoriais nasceram da prática do latifúndio e é por volta do final dos anos 1970 que

---

<sup>4</sup> Com o tempo, as *arpilleras* têm se tornado uma das mais pungentes e estendidas manifestações visuais sobre as violações de direitos humanos, a desaparecimento dos seres queridos e a oposição ao autoritarismo ligado ao regime militar que governou o Chile entre 1973 e 1990. Fonte: (FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, 2015).

essas desigualdades se acentuam, quando o regime militar implanta um modelo ainda mais concentrador e excludente da propriedade fundiária no país.

É neste contexto que surge o MST. É um movimento de ativismo político e social brasileiro, que se opõe a esse modelo agrário e luta pela reforma agrária no país, tornando-se então não só um movimento de resistência e luta contra a ditadura, mas de contestação e expressão camponesa. O movimento está organizado em 24 estados, segundo informações fornecidas pelo próprio movimento e articulado nas cinco regiões brasileiras. Conta um total de cerca de 350 mil famílias, quais “mesmo depois de assentadas, permanecem organizadas no MST”<sup>5</sup>. Os conflitos continuam existindo; as ocupações de terra se tornaram estratégias de luta, resistência e organização popular. Participam também de articulações e organizações que almejam transformar a realidade e garantir direitos sociais a essa população que vive, ainda assim, em situações de exclusão social. Os enfrentamentos não cessam com o recebimento do lote; é preciso criar condições e estratégias de sobrevivência dos marginalizados pelo sistema econômico, político e social, e também clamar por justiça, como é o caso da impunidade dos responsáveis pelo massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996, conforme segue denunciando a imprensa.<sup>6</sup>

### **Traçando o cenário epistemológico**

Faz parte da pauta feminista que almeja desnaturalizar a opressão de gênero vivenciada por mulheres em situação de vulnerabilidade e subalternidade criar espaços de reflexão que promovam o questionamento do silenciamento e da invisibilidade das lutas femininas. No decorrer do estudo, foi possível perceber o quanto estes espaços de interação entre essas mulheres foram potencialmente pedagógicos.

A reflexão que fiz a posteriori, já em contexto das teorias feministas, permite-me olhar de forma mais aprofundada a minha experiência e as narrativas de vida dessas mulheres. Operar com conceito de gênero, enquanto categoria de análise, foi uma ideia introduzida nos estudos feministas na década de 1970. Para Joan Scott, é a identidade sexual entendida como uma construção social, não determinada pela biologia utilizada para indicar as relações sociais e de assimetria de poder entre homens e mulheres.

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em <http://www.mst.org.br>. Acessado em 27.04.2018

<sup>6</sup> Mais informações em <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>. Acessado em 27.04.2018.

Segundo a autora, duas proposições definem gênero: uma é a de que ele é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e a segunda é o significado dado às relações de poder, ou seja, permite uma forma de

decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. [...] O conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (Scott, 1995: 89)

“Gênero”, enquanto teoria e categoria de análise questiona os essencialismos, problematiza e analisa o modo como as desigualdades entre homens e mulheres são produzidas, questiona a normalização e naturalização dessas diferenças e assimetrias. A perspectiva de gênero também pode levar a uma nova política de gênero, subversiva e desafiante do poder masculino, e pode ainda subverter as raízes sociopolíticas das desigualdade sociais, com atenção especial a todas as formas de poder e de dominação.

Pensar e questionar a realidade social das mulheres assentadas referidas, levando em conta as representações de gênero, raça e classe, no trabalho de campo passou pela contextualização da materialidade vivida, das subjetividades e das percepções individuais e coletivas acerca da mulher que se tornaram, à medida que cada uma delas foi se reconhecendo. Ao bordarem suas peças, os artesanatos elaborados reportam elementos e imagens do cotidiano, revelam o trajeto percorrido na luta pela sobrevivência. As memórias do vivido foram registradas em cartas que acompanham suas telas bordadas empregando a técnica de *arpillera*. A “ordem das coisas” passou a ser problematizada quando esse grupo de mulheres deslocou-se e se reuniu para produzir artesanato. Em alguns encontros das oficinas de criação e deslocamentos para participarem de eventos, embates e conflitos ocorreram, contribuindo para um ambiente de cumplicidade e empatia, promovendo um espaço de diálogo, plural e de problematização do que foi experienciado, o que foi extremamente enriquecedor para que pudessem conjuntamente encontrar soluções e estratégias para enfrentar situações pontuais do cotidiano.

Um exemplo: compreender e respeitar a percepção da companheira sobre o seu processo de construção e (re)significação de sua trajetória, limitações e superações individuais e coletivas e seus desdobramentos. Este processo se acentuou no processo de

confeção do bordado, pois elas foram instigadas a bordar suas percepções sobre o vivido.

No caso das mulheres chilenas, é relevante destacar a particularidade dessa técnica e o contexto político e social no qual foi criada: muitas mulheres chilenas puderam denunciar e enfrentar a ditadura através de peças que mostravam o que realmente estava acontecendo nas suas vidas. *Arpillera*, de trabalho invisível, passa a ferramenta política; a partir de um fazer cotidiano, as mulheres chilenas conseguiram protagonizar resistências.

Como retratar a dor, e diante desta dor; do sofrimento e dos corpos em sofrimento, da realidade silenciada do outro/da outra, como nos comportamos? “Para o militante, a identidade é tudo”, afirma Sontag (2003: 7). Mas, o que nos provoca a ponto de identificarmos-nos com “esta” imagem da dor? Da mesma forma, o que nos torna militantes diante da dor silenciada? Susan Sontag fala sobre a nossa capacidade de reação diante de imagens com sentido de realidade, por mais que essas imagens sejam tratadas e encenem um contexto (registros fotográficos de guerra, no caso) e que estas possam se afirmar como ciladas à realidade. No entanto, nelas “há ainda uma realidade que existe, independente das tentativas de enfraquecer sua autoridade. O argumento constitui, de fato, uma defesa da realidade e dos ameaçados padrões para se reagir a ela mais plenamente” (Sontag, 2003: 44). Sendo assim, seja como arte, anúncio ou denúncia,<sup>7</sup> imagens podem nos levar a pensar sobre realidades em que não participamos, mas que podemos tomar conhecimento pelas suas diferentes formas de divulgação. No caso do bordado, podemos inferir que a “militante” reproduziu memórias de um cenário de exclusão social, de marginalidade, de subalternização, o que, por outro lado, revela o processo de conscientização dela.

Para Spivak (2010), “o sujeito subalterno” é um efeito do discurso dominante, é aquele ou aquela que sua voz não pode ser ouvida, não está no centro e a sua posição é resultante de uma situação geopolítica. Ou seja, faz parte das camadas mais baixas da sociedade, pertence a uma classe social excluída, a um lugar marginal, qual de modo específico está fora dos mercados e da representação política e legal.

---

<sup>7</sup> “Anúncio” e “denúncia” expressam relações de poder, forças dialógicas e também sinergias que saturam e renovam o incessante devir, num exercício político de deferir e reiventando politicamente o mundo. Com o sentido de falar com, denunciando a realidade e anunciando um mundo melhor. (Verbete: Anúncio/Denúncia (Linhares, 2010: 45), Dicionário Paulo Freire 2ª edição.

Já a ideia de representação, ainda segundo Spivak, tem diversas conotações; pode remeter a uma ideia de semelhança, além da ideia de presença representada no sentido de “falar por/em nome de.” Para Spivak são consideradas duas maneiras principais de representar: a primeira é de “colocar-se no lugar de alguém”, sua conotação se aproxima da ideia de representação política. Por outro lado, para Deepika Bahri, uma forma importante é a representação “por procuração ou por descrição” (Bahri, 2013: 665), considerações que partem da compreensão de Spivak.

Para Spivak, representação se baseia no conceito de *Darstellung*: [representar] no sentido figurado de representação, ou seja, encenação como na arte e na filosofia. E o de *Vertretung*: [substituir] no sentido de se falar em seu nome, de assumir o lugar do outro numa acepção política da palavra. (Spivak, 2007: 36). É imprescindível entender os dois sentidos de representação atribuídos nos contextos político, econômico e social para que não decorra em uma ideia essencialista do termo, tanto para quem re-presenta quanto para quem é representado. Falar “em nome de” não deve ser resultado de uma ação “paternalista.” Spivak explica que o discurso dominante mantém práticas essencialistas e imperialistas em relação às mulheres, especialmente em relação às mulheres pobres e negras, conferindo a essas mulheres a condição de subalternidade, um pensamento arriscado e redutor cometido também por algumas feministas que falam a partir do Norte Global.

Segundo Ratna Kapur (2006), o feminismo pós-colonial desafia as tentativas de universalizar as experiências das mulheres, principalmente nas linhas de gênero que perpetuam as exclusões. Além disso, é uma área emergente do conhecimento que busca explicar as condições de subordinação das mulheres dentro das condições do pós-colonialismo (Kapur, 2006: 103). Por isso, a relevância do uso dos termos e a atenção ao sentido usado. Assim como Kapur, partindo dos contributos de Spivak, Bebiano enfatiza que

a opção de falar em representação do subalterno é simultaneamente correta e incorreta: incorreta, porque é ainda falar sobre, apropriar-se da voz e da subjectividade do Outro; por outro lado, não falar é calar as causas dos excluídos da sociedade, dos que não tem voz e nem quem fale em seu lugar. (Bebiano, 2014: 383-384)

Por este prisma, ainda que toda a fala em nome das subalternas possa ser vista como uma forma arrogante, vaidosa ou generosa, não falar implica ser cúmplice de um discurso

dominante. Portanto, é importante que a/o intelectual comprometida/o com a sua práxis, responsabilize-se pela fala e pela representação, sem negar a subjetividade e a pluralidade do sujeito subalterno. Para que a subalterna fale, é necessário que ela seja ouvida, escutada. Se, enquanto investigadora ou mediadora pedagógica, não posso, ou melhor, não devo falar por ela, posso criar espaço para que ela possa falar e ser ouvida.

Na tentativa de solucionar este impasse, Spivak sugere a criação de espaços de fala e de escuta, para que as subalternas possam falar e ser ouvidas. Perceber a diversidade, a pluralidade e a subjetividade destas mulheres nestes contextos de fala, para não cometermos o erro de generalizá-las, é extremamente importante e necessário. Não só para evitar que se estabeleçam hierarquias de poder que reproduzam silenciamentos e marginalidades, mas para que estas mulheres não sejam idealizadas e essencializadas; o propósito maior é contribuir para uma descolonização do saber (Costa, 2010: 50).

A concepção política que embasa e orienta a percepção da/o intelectual que atua junto a estes grupos influencia sua postura assumida, o que também é enfatizado pela pedagogia feminista, no que toca à coerência, além do comprometimento social de quem investiga. Portanto, acarreta um trabalho que inclui “auto-questionamento”, em busca da transformação da sociedade, liberdade e autonomia individual e coletiva das mulheres, que passa pela alfabetização.

Segundo Bebiano (2014), parafraseando Spivak, importa a criação de um “sujeito transnacional alfabetizado,” condição para que a/o subalterna/o seja escutada/o. É imprescindível, portanto, propor e concretizar alternativas pedagógicas que levem em conta epistemologias feministas partindo de situações concretas locais, levando em conta as microresistências e enfrentamentos que reconhecemos cotidianamente. No entanto, também é importante fazer isso com a responsabilidade de criar espaços, ouvir e, se necessário, reportar, mas antes de tudo construir juntas e juntos possibilidades destas pessoas virem a ser protagonistas de sua própria fala, partindo de uma reflexão local que possa se articular a outras lutas, na intenção de

Dialogar com as discussões no âmbito global e internacional, procurando, assim, desfazer as assimetrias históricas que levaram a uma estrutura interligada e excludente de poder e conhecimento, questões essas relevantes que surgem com frequência nos debates tanto sobre o pós-colonialismo quanto sobre o feminismo. (Almeida, 2013: 694)

Enquanto investigadoras feministas, necessitamos elaborar dispositivos, criar ferramentas, propor alternativas de fala e diálogo, no sentido de contribuir para a valorização dos sujeitos e dos seus processos de conscientização. Isto se faz na responsabilidade ética, comprometida com a transformação social, reconhecendo “conhecimento” nas margens. É pelas margens que se faz o empenhamento por justiça social, ao criar possibilidades de reflexão, emancipação e libertação. Os espaços educativos podem potencializar “a fala” das/os subalternizadas/os, mas é nos espaços não formais de educação que as estratégias de fala são imprescindíveis. Para Luz Ochoa (2008: 140), os processos educativos feministas podem ser realizados através de variados dispositivos, como oficinas, círculos de cultura, grupos de discussão, conferências, seminários, material didático, entre tantos outros.

Nesta perspectiva, Ochoa infere que a Pedagogia Feminista sintetiza as referências teórico-metodológicas da educação popular e da filosofia feminista, não só pelas características e procedimentos metodológicos, mas também pela conduta e pela postura de educadoras e/ou facilitadoras no processo. Investir em um engajamento mútuo entre teoria e ativismo, num processo de aprendizagem e fortalecimento de todas as mulheres envolvidas no processo, faz parte da práxis de educadoras populares feministas. Ochoa (2008) destaca que a pedagogia feminista é uma pedagogia da subjetividade, da autonomia, da transgressão, ser o que quero ser, de aprender a ser, de inventariar-se a si mesma.

*La pedagogía feminista es un conjunto de discursos, una práctica política, y es también una manera específica de educar. Su especificidad consiste en echar una nueva mirada a propuestas político-pedagógicas emancipadoras y desde una postura ética, filosófica y política denunciar su parcialidad y su androcentrismo, posicionándose críticamente ante el poder y la dominación masculinos, y promoviendo la libertad y el fortalecimiento de las mujeres, para construir de manera colectiva una sociedad más libre y democrática. (Ochoa, 2008: 243)*

A autonomia é um conceito-chave para a pedagogia feminista, pois compreende a aprendizagem da autonomia com uma dimensão filosófica-social bem como política-metodológica. No caso em apreço neste artigo, narrar a luta pelo direito de cultivar a terra

é transcrito entre escritos e *Arpilleras* bordadas, possibilitando inventariar-se e refletir criticamente sobre seu contexto cultural sob duas formas, tanto pelo bordado como pelas cartas que acompanham seus bordados.

A pedagogia feminista, ao realçar a complexidade do “quefazer” pedagógico, também resgata a importância de nos percebermos mulheres críticas e políticas em relação a uma concepção de educação, leitura e intervenção no e com o mundo, frente as injustiças, reconhecendo-nos como seres históricos em um processo contínuo e cognocitivo de conscientização e (re)significação.

No seu trabalho, Paulo Freire é rigoroso e perspicaz ao enfatizar a questão da conscientização: para o pedagogo, é a capacidade humana de refletir que torna-nos “ser,” um ser de práxis; segundo ele, é isso o que nos diferencia dos outros seres. E acrescenta que “é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidade propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, o que o faz um ser de práxis.” (Freire, 1983: 17).

Por outro lado, Spivak (2010) ressalta que cabe a nós, mulheres privilegiadas no espaço “exclusivo” da academia, criar espaços e condições de autorrepresentação das mulheres além de questionar os limites representacionais, a cumplicidade intelectual do e com o nosso trabalho nesse processo.

### **O bordado e suas potencialidades: o caso das *arpilleras***

O bordado é um trabalho milenar, realizado majoritariamente por mulheres emudecidas pelo patriarcado e pelo sistema capitalista, produzido muitas vezes por mãos semialfabetizadas ou com nenhuma escolarização, que buscam através da técnica manual amenizar o impacto da desigualdade social e econômica em que se encontram.

A articulação do bordado de *arpillera* sinaliza um processo leitura de realidade, da relação no e com o mundo na tela, o cotidiano da vida no campo. A imagem que aqui incluo foi produzida no processo de experimentação de técnicas artesanais pela companheira Lonita<sup>8</sup> e mostra dois tempos: de um lado a propriedade (o lote), a produção e a família, algumas particularidades do núcleo familiar, elementos ganham destaque; no conjunto da peça; do outro lado, um olhar mais atento percebe os elementos que representam o acampamento (as casas de “lona preta e bambu”), a itinerância (as estradas)

---

<sup>8</sup> Nome fictício, com características do tecido que a representa.

e a bandeira do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra hasteada.

A imagem representada no bordado torna-se uma fonte de análise interessante para refletirmos sobre como se criam subalternidades. Sabemos que nem sempre a imagem representada revela tudo: ela, “grosso modo”, torna público o que precisamos saber. Ela nos permite compreender a situação destas mulheres assentadas, na medida em que percebemos esta outra realidade, e nos sensibilizamos provocadas pela empatia. Empatia entendida aqui como capacidade afetiva e política de se dispor a compreender e a se solidarizar com o que sente outra pessoa, como se estivesse na mesma situação vivenciada por ela.

Algumas mulheres militantes do MST são dinâmicas, não só no espaço privado, mas também no espaço público. Segundo Marisa Farias (2011), estas mulheres

são referência importante nos processos de reprodução familiar e social, mesmo sabendo que este papel não foi reconhecido de modo legítimo, especialmente no campo dos registros e produções teóricas. Isso, porque estamos falando de uma história escrita entre olhares e dominação masculina, o que dificultou a visibilidade da participação das mulheres. (Farias, 2011: 7)

Apesar do grupo de mulheres assentadas ao qual me refiro desde o início ter participado da referida investigação, num espaço preparado e organizado por elas, esta observação também é recorrente nesta pesquisa.

Lonita, a autora da peça, foi bastante ativa em seu contexto de militância, não só em relação ao período histórico em que participou da itinerância, bem como ainda em diversos âmbitos sociais. Ela faz referência à causa da reforma agrária, que compreende como parte de sua “identidade”, de memória individual e coletiva nos processos de ocupação e usufruto da terra delimitada por seu lote.

Também é importante destacar que nem todos os grupos que lutaram e lutam pela terra passam pela experiência sangrenta dos confrontos e enfrentamentos armados. Ainda assim, não deixaram de sofrer preconceitos, violências e diferentes formas de discriminação baseada em raça/etnia e classe social. No caso das mulheres assentadas, o sexismo e mesmo a misoginia somam-se a essas outras opressões.

Mas de onde vêm essas violências que muitas vezes são silenciadas? Ficam

sufocadas? Chegam a realizar as denúncias? Se são, como são ditas? Esta perspectiva questionadora faz emergir uma série de perguntas, inclusive sobre o lugar de fala enquanto investigadora e os múltiplos significados para se referir a diferentes lugares, no caso em questionar como se dá o entrelaçamento do conhecimento e do poder, poder de dizer a sua palavra.



Lonita (2016)

Tela bordada a mão - Técnica de arpillera (54cm de altura x 56 cm de largura).

*Fonte:* Eliane Godinho (acervo da autora)

A imagem aqui apresentada não estampa diretamente uma violação de direitos básicos, não mostra corpos esguios, ensanguentados ou mutilados pelo contexto sangrento dos conflitos pela terra, como referido em alguns casos anteriormente. Porém, sabemos que o silêncio também é revelador: ao ocultar o que não é dito, ele também revela silêncios gritantes. Não mostra a situação de miserabilidade e violências vivenciada pelo grupo social, mas revela uma imagem estereotipada de um sujeito emudecido historicamente, o povo do campo. É interessante o exercício de esforço para compreensão dos ditos e não ditos das imagens.

Uma leitura rápida permite identificar a imagem de uma família tradicional nuclear, retratada pelo casal e os três filhos, de entre os filhos, uma é mulher. São homens e

mulheres de pele clara, são corpos robustos e simétricos. Ambas as mulheres se protegem do sol e usam saias longas, revelando alguma devoção religiosa; à porta da casa está uma mulher que tem nos braços uma das suas culturas cultiváveis nos arredores da casa, simbolicamente representando o seu “quefazer” doméstico. Um dos homens está no caminho que passa pelo açude, onde os peixes são cultivados, e caminha em direção à estrada que o aproxima do acampamento, pode retratar um passado não muito distante, bem como a possibilidade de não abandonar a luta. A outra mulher está próxima a uma cerca que delimita a propriedade; entre ela e outro homem está o boneco de outro homem, que pode representar provavelmente o filho mais jovem do casal, o qual ela retrata próximo a si, inferindo alguma relação de cuidado e proteção. Ambos os homens estão enquadrados e centralizados na tela; porém, um deles ocupa o espaço considerado público na propriedade familiar ao se deslocar em direção a estrada, e o outro que aparenta estar a frente a apresentar a casa. Mas o que chama a atenção e o que desejo sublinhar é que as duas mulheres ficam à margem da tela e são representadas como cuidadoras.

Outras leituras também são possíveis, porém não passam despercebidas: os estereótipos que denotam assimetrias de poder entre os sexos, os papéis sociais fortemente marcados, a ideia de satisfação em cultivar a terra e tirar dela o sustento e um horizonte por ser ocupado e cultivado.

Ficam aqui diversos questionamentos, sobretudo depois de dito isso: quem “escuta” o que estas mulheres dizem? Quem está disposta/o a “ouvir” o que ela anuncia e denuncia através de seu silêncio? O bordado enquanto artefacto político e pedagógico pode bordar tanto as vozes como os silêncios, suas linhas e tecidos podem prender e libertar realidades; pode ainda produzir ou reproduzir subalternidades?

### **Possíveis arremates desta peça**

Perrot (2017), ao abordar as trajetórias, silêncios e invisibilidades de mulheres, destaca os múltiplos universos que abarcam a vida das mulheres em diferentes contextos. Apesar da particularidade de seu trabalho, ele nos permite construir relações significativas entre as lutas, avanços e espaços que representam, histórica, cultural, econômica e socialmente construídos para e pelas mulheres.

A história do MST nos permite traçar um panorama da questão agrária no Brasil. Procuro entender a luta pela reforma agrária e por um projeto societário menos assimétrico econômica e socialmente possíveis, mas que possa ter no cerne de suas pautas

uma sociedade igualitária também para homens e mulheres, sem reproduzir hierarquias de poder baseadas na identidade sexual.

A voz individual, que também é coletiva, das subalternas precisa de um espaço de fala e escuta; é uma possibilidade de as mulheres contarem a sua história, para construir uma outra história a partir da voz não mais silenciada, antes invisibilizada conforme declara Perrot (2017). Neste sentido falo, portanto centralmente, de mulheres falando com/para mulheres, o que não exclui os homens desta discussão; para este momento, a preocupação foi de fomentar espaços e maneiras para que esta construção seja pensada e problematizada. Porém, é preciso estarmos atentas/os para não “cairmos na armadilha” de falar pela/o outra/o ou mantê-la/o na subalternidade como acentua o feminismo pós-colonial. Assim, a intencionalidade do bordado de *arpillera*, compreendido como possibilidade de materializar uma possível representação (leitura) que essas mulheres podem fazer de si mesmas possibilita ao "bordado" a condição de falar em nome do sujeito, pois o bordado “pode falar”. Mas para que possa falar, ele precisa ser ouvido, ter quem o escute, no caso quem o veja, quem o leia, quem o interprete.

Ao refletir sobre esses processos, também é propor esta escrita como uma tentativa de dar voz e de fazer ouvir através da perspectiva feminista (que historicamente, vem pelas margens), contribuindo significativamente para uma educação emancipatória, na medida em que revela o que está oculto e propõe a relacionalidade e a igualdade de direitos como componentes das relações sociais justas, democráticas e dignas. E, assim, fazer a crítica aos discursos hegemônicos, na perspectiva dos estudos pós-coloniais em relação à ideia de subalternidades que, de acordo com Almeida, requer uma postura inquiridora que precisa

Se pautar pela maneira alternativa de pensar e ler os construtos históricos e culturais, assim como pelo questionamento dos protocolos de leitura e escrita e das construções discursivas que moldaram (e continuam moldando) obstinadamente o pensamento ocidental, consolidando-se ao longo do tempo. (Almeida, 2013: 690)

Necessitamos de assumir uma atitude de vigília ininterrupta, estar vigilantes no sentido de atentar para as possíveis construções ilusórias de democracia e engajamento político e ético, levando em conta os nossos privilégios enquanto investigadoras e intelectuais.

Por fim, esta consideração acerca da ideia de artesanar (bordar histórias e resistências) é ainda incipiente; é fundamental ressaltar que a desconstrução cotidiana da opressão enraizada nos diferentes espaços de “fala e escuta” é uma tarefa minuciosa assim como a habilidade de compor um bordado. É um compromisso a ser assumido por aqueles e aquelas que almejam um mundo novo, refletindo sobre seus privilégios, formulando novas ações e, assim, caminhando ao encontro de uma sociedade mais consciente em relação às diversas formas de opressão, subalternidades e privilégios em relação a quem está ao sul de várias margens.

### **Bibliografia**

- Almeida, Sandra Regina Goulart (2013), “Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade.” *Revista Estudos Feministas*, 689-700. Consultado a 20.01.2018 em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000200019&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000200019&script=sci_abstract&tlng=es)
- Anistia Internacional (2016), “Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo.” Página consultada a 27.04.2018 em <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>
- Bahri, Deepika (2013), “Feminismo e/no pós-colonialismo.” *Revista Estudos Feministas*, 659-688. Tradução de Andréia Guerini e Juliana Steil. Consultado a 18.01.2018 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018/25791>
- Bebiano, Adriana (2014), “Gayatri Chakravorty Spivak: a teoria como prática de vida”, *in Pensamento crítico contemporâneo*. Lisboa: UNIPOP, 378-396
- Costa, Cláudia de Lima (2010), “Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber”. *Fragmentos*. 045-059. [n. 39]. Consultado a 02.05.2018 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/download/29649/24801>
- Farias, Marisa de Fátima Lomba de (2011) “Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 1-17. São Paulo. Consultado a 02.05.2018 em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912\\_ARQUIVO\\_MARISA\\_LOMBA\\_DE\\_FARIAS\\_14.06.2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf)
- Freire, Paulo (1983), *Educação e mudança*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Fundação Memorial da América Latina (2015), “Arpilleras, Bordando a Resistência: exposição, filmes, oficinas, seminários.” Página consultada a 15.01. 2018, em <http://www.memorial.org.br/2015/09/mostra-arpillheras-bordando-a-resistencia-abre-dia-25/>
- Godinho, Eliane (2017) O “artesanato de si” de mulheres assentadas do MST: um processo político pedagógico feminista pelo viés da educação popular. *Dissertação de Mestrado em Educação*. [Defesa realizada em 11.04.2017] – Universidade Federal de Pelotas. Não publicada.
- Kapur, Ratna (2006), “Revisioning the role of law in women’s human rights struggles” in Meckled-García, Saladin; Çah, Basak (eds.) *The legalization of human rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law*. London: Routledge, 93-107.
- Linhares, Célia (2010), Streck, Danilo (org.) (2010) Verbetes Anúncio/Denúncia. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica. 2ª edição., revisada e ampliada.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2018). “O MST”. Página consultada a 03.05.2018 em <http://www.mst.org.br/quem-somos/>
- Ochoa, Luz Maceira (2008). *El sueño y la práctica de sí. Pedagogía feminista: una propuesta*. Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer. México: Centro de Estudios Sociológicos
- Perrot, Michelle (2007), *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto. [Originalmente publicado em 2005 na França] Tradução de Ângela M. S. Corrêa.
- Scott, Joan (1995), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação & Realidade*. 71-99. [Volume 15, n. 2]. [Originalmente publicado em 1988]. Tradução de Guacira Lopes Louro
- Sontag, Susan (2003) *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução Rubens Figueiredo. Consultado a 14.01.2018 em <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/06/diante-da-dor-dos-outros-susan-sontag.pdf>
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2010), *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. [Originalmente publicado em 1985] Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa.

Stedile, João Pedro (org) (2012), *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular. Consultado a 27.04.2018 em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Questão-Agrária-no-Brasil-2.pdf>